

INCLUSÃO EDUCACIONAL: Tensões e Intenções nos Projetos dos Cursos de Licenciatura

Roseneide Maria Batista Cirino¹

RESUMO

A educação inclusiva é um fato incontestável em todos os níveis, etapas e modalidades educacionais, e a demanda no ensino superior tem crescido ano após ano. Nesse cenário, as universidades também são convocadas a incluir pessoas com deficiência em seus espaços e inserir conteúdos sobre inclusão e diversidade humana nos seus processos formativos. Este estudo tem por objetivo analisar como os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de Licenciatura, que formam professores para a educação básica, discutem temáticas relacionadas à inclusão e/ou diversidade humana. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de análise documental realizada em uma Universidade Pública Estadual do Estado do Paraná, que oferece 38 cursos de Licenciatura. O objetivo é verificar se os cursos incluem disciplinas com enfoque na inclusão de pessoas com deficiência e/ou diversidade humana e, conseqüentemente, se há atenção às demandas atuais da educação formal em seus diferentes níveis e modalidades. Os resultados evidenciam a presença da disciplina de Libras em todos os cursos, uma maior inclusão de temáticas relacionadas nos cursos de Pedagogia e a ausência ou incipiência de disciplinas nas licenciaturas distintas da Pedagogia.

Palavras-chave: inclusão; ensino superior; PPC; licenciaturas.

EDUCATIONAL INCLUSION: TENSIONS AND INTENTIONS IN UNDERGRADUATE PROGRAM PROJECTS

ABSTRACT

Inclusive education is an indisputable reality across all levels, stages, and modalities of education, with demand in higher education increasing year after year. In this context, universities are also called upon to integrate individuals with disabilities into their environments and incorporate content on inclusion and human diversity into their formative processes. This study aims to analyze how the Pedagogical Course Projects (PPC) of Undergraduate Programs, which train teachers for basic education, address issues related to inclusion and/or human diversity. It involves a bibliographic and documental analysis conducted at a State Public University in Paraná, Brazil, which offers 38 undergraduate programs. The objective is to determine whether these programs include courses focused on the inclusion of individuals with disabilities and/or human diversity and, consequently, whether they address current demands in formal education across its various levels and modalities. The results highlight the presence of the Libras course in all programs, greater inclusion of related topics in Pedagogy courses, and the absence or nascent presence of such courses in undergraduate programs outside of Pedagogy.

Keywords: inclusion; higher education; PPC; undergraduate programs.

Submetido em: 11/11/2024

Aceito em: 9/12/2024

Publicado em: 7/3/2025

¹ Universidade Estadual do Paraná – Unespar. Paranaguá/PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5107-8826>

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um fato incontestável em todos os níveis, etapas e modalidades educacionais, e a demanda no ensino superior tem crescido ano após ano. Nesse cenário, as universidades também são convocadas a incluir pessoas com deficiência em seus espaços e conteúdos relacionados à inclusão e diversidade humana em seus processos formativos.

Neste sentido, propomo-nos a analisar a inserção destas temáticas nos projetos de cursos de formação inicial no grau de Licenciatura. A Universidade em análise, situada no Estado do Paraná, oferece 38 cursos de Licenciatura, contribuindo para a formação de professores em diversas regiões do Estado. Além dos cursos de formação inicial, a Universidade também disponibiliza diversos projetos na área de extensão em formação continuada, incluindo programas *stricto sensu*.

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito de um Programa de Pesquisa e Extensão intitulado “Educação Especial Inclusiva: Conhecer e Viver a Diversidade” e pauta-se na premissa de que a exclusão é um produto da própria sociedade quando se apropria da ideia de que as pessoas com deficiência são incapazes. Esse contexto ratifica que é no bojo das relações e experiências vivenciadas pelas pessoas com deficiência que as contradições desvelam tensões entre inclusão e exclusão, e remete ao afirmado por Marx (1999, p. 6), de que “[...] aquilo que os indivíduos são, depende, portanto, das condições materiais de sua produção”. Em outras palavras, é pelas possibilidades de produção que o ser humano se humaniza e toma a posição de sujeito no seio das relações sociais.

As reflexões acerca da inclusão e exclusão revelam o não reconhecimento da diversidade humana e a necessidade de confrontar concepções e crenças materializadas nas práticas formativas. A atividade docente sempre exigiu mais do que apenas saber e dominar os conteúdos do componente curricular a ser lecionado, haja vista que implica compreender sobre gestão da sala de aula, interações didático-pedagógicas e, sobretudo, interações entre os sujeitos, principalmente em um contexto em que a diversidade é a marca crucial.

Os conhecimentos que devem fazer parte do repertório da atuação dos professores têm-se ampliado, e, à medida que a sociedade se desenvolve, a dinamicidade das relações formativas, no âmbito acadêmico, também se altera. Nesse cenário, “o professor precisa estar devidamente instrumentalizado para garantir a consecução dos objetivos relacionados ao programa de educação inclusiva” (Cruz, 2008, p. 18).

O campo da formação inicial de professores é uma dimensão importante para consubstanciar as análises acerca da inclusão e do atendimento à diversidade humana. Embora diversos fatores colaborem para a exclusão, “entendemos que a compreensão dos processos de exclusão, nos quais são inseridos inúmeros alunos, perpassa, também, pelo processo formativo que os professores universitários desenvolvem na Academia” (Cirino, 2015, p. 111).

É fato que a inclusão não é, e não pode ser, responsabilidade única do professor, mas seria ingênuo não considerar a formação inicial dos professores como um dos principais desafios à prática docente inclusiva (Costa, 2015). As discussões, neste

sentido, direcionam a pensar e insistir na necessidade de os cursos de Licenciatura reconhecerem a inclusão e exclusão como um produto social e que as Pessoas com Deficiência (PcDs) precisam de visibilidade, a fim de serem compreendidas em suas especificidades, não sendo possível uma discussão genérica.

Embora saibamos que a inclusão é um processo muito amplo, é necessário que, na formação inicial, o acadêmico vivencie experiências relacionais e profissionais com as práticas das escolas e, por conseguinte, com realidades educacionais nas quais interagem professores e alunos. O contexto atual exige considerar a deficiência sob a abordagem social, atenta às questões dos direitos humanos e rompendo a lógica que impede essa perspectiva de inclusão também no Ensino Superior.

Nesse sentido, aprimorar a formação inicial do professor é uma estratégia para melhorar a qualidade de ensino dos/as estudantes, incluindo aqueles/as com deficiência e, nessa esteira, assumir a necessidade de profissionais que possam construir alternativas contemporâneas de práticas por meio de um trabalho diversificado e inclusivo.

Cabe ressaltar que a formação inicial não deve ser caracterizada como a única responsável pela formação profissional docente, tendo em vista que, como afirma Tardif (2002), os professores, em sua ação pedagógica, mobilizam e se apoiam em uma série de saberes provenientes de diferentes fontes, contexto que remete à exigência de que o processo de formação de docentes deve ser repensado com base nas realidades e exigências educacionais atuais.

Delineadas essas considerações, as análises dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das Licenciaturas foram realizadas com o objetivo de compreender como as Licenciaturas dialogam com a inclusão e a diversidade humana, primando pelo recorte da inclusão da PcD nos PPCs.

Os indicativos revelam que, nos cursos de Graduação em Licenciatura da referida Universidade, um total de 38 cursos oferece a disciplina de Libras, o que precisa ser analisado sob a perspectiva da obrigatoriedade desse componente nos currículos de formação de professores. Além disso, constatamos discussões acerca da inclusão e/ou diversidade humana em todos os cursos de Pedagogia e abordagens incipientes em alguns dos demais PPCs, o que reforça a necessidade de aprimoramento das abordagens na universidade, sobretudo nos demais cursos que formam professores, visto que, ao concluir a Graduação e chegarem à escola, os recém-formados se deparam com a necessidade de tais conhecimentos.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é de cunho bibliográfico e documental, atendendo aos princípios da pesquisa qualitativa (Marconi; Lakatos, 1992). Na fase bibliográfica buscamos na base da Capes dissertações e teses com foco nos descritores que dialogavam com a temática em questão.

No banco de teses e dissertações da Capes, abrangendo os anos de 2013 a 2022, procuramos pelos descritores: “Inclusão e Licenciatura” e “Inclusão e Projeto de Curso”. Nessa busca, o sistema apontou 195 produtos; desses, na filtragem inicial com foco na

discussão sobre Projetos de Curso, apenas 36 se aproximavam da nossa temática. Em seguida, procedemos à leitura dos resumos e à busca no sumário por temas pertinentes ao nosso interesse, resultando em 13 produtos, entre teses e dissertações, que estão apresentadas na descrição e análises dos dados organizadas pelo tema – Inclusão educacional na perspectiva da formação docente: uma análise sobre o que se discute nas pesquisas.

Na etapa da pesquisa documental analisamos os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de 38 cursos de Licenciatura da Universidade em questão, buscando evidenciar aspectos e componentes curriculares articulados à inclusão, educação especial e/ou diversidade.

Assim sendo, considerando as versões mais atuais dos projetos de curso, realizamos as análises dos 38 PPCs disponíveis na página da Prograd² da instituição. Constatamos 17 cursos distintos de Licenciatura ofertados nos diversos *campi* da Universidade. Com destaque, os cursos são: Artes Visuais (2), Ciências Biológicas (3), Dança (1), Educação Física (1), Geografia (3), Filosofia (1), História (4), Letras Espanhol, Letras Português e Espanhol (2), Letras Inglês, Letras Português e Inglês (4), Letras Português e Respectivas Literaturas (4), Matemática (4), Música (2), Pedagogia (5), Teatro (1) e Química (1).

Para as análises foram coletadas informações sobre as disciplinas presentes nos projetos dos cursos e organizadas em uma planilha com quatro colunas, contendo as seguintes informações: nome do curso, *campus*, ano de elaboração, componente curricular e excertos de textos em que apareciam os termos “inclusão” e/ou “diversidade humana”, considerando o nome da disciplina ou a ementa para análise do conteúdo. As análises acerca dos PPC foram organizadas pelo tema – Inclusão e diversidade humana: uma análise a partir do que se apresenta nos Projetos de Curso de Licenciatura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Elaborar um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) significa estabelecer uma identidade para o curso que se deseja criar; portanto, deve ser o resultado de uma ação intencional, definida coletivamente por docentes, em decorrência das opções e escolhas teóricas, metodológicas e filosóficas estabelecidas como prioridade na formação do profissional desejado.

Nesse contexto, o objetivo do presente estudo foi analisar como os cursos de Licenciatura abordam o conteúdo ou as discussões sobre educação inclusiva e diversidade humana. Inicialmente, buscamos nas produções acadêmicas o que os pesquisadores encontraram sobre o tema da inclusão nos Projetos Pedagógicos de Curso das Licenciaturas, com a finalidade de ampliar a reflexão sobre esse tema e, em contrapartida, considerar sua adoção nas práticas curriculares dos cursos que formam professores.

Entendendo que escrever exige escolhas, optou-se neste estudo por investigar como as discussões sobre inclusão se apresentam nos PPC e quais são os direcionamentos para o atendimento à diversidade humana presentes nos estudos teóricos.

² Pró Reitoria de Graduação.

Assim, apresentamos a seguir a descrição dos achados no âmbito das pesquisas presentes no material selecionado para esta análise, bem como a discussão sobre as constatações nos Projetos Pedagógicos de Curso.

INCLUSÃO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE SOBRE O QUE SE DISCUTE NAS PESQUISAS

As discussões presentes no material selecionado para análise abordam atitudes, currículos e práticas, e estão dispostas em sequência cronológica. Na pesquisa de Torres (2013) a investigação examinou a relação entre as atitudes de um grupo de professores de Ensino Superior em relação à inclusão e as estratégias empregadas em suas aulas. A autora argumenta que, além de capacitar o futuro professor para ensinar alunos com deficiência, é necessário desenvolver estratégias para que esses profissionais adquiram atitudes genuinamente favoráveis à inclusão, de modo a potencializar a adoção de práticas inclusivas em suas aulas. Os resultados mostraram que as três temáticas (atitudes docentes, inclusão e estratégias) são pertinentes para a abordagem em um programa de formação de professores. Além disso, a autora destaca a necessidade de pensar também em estratégias para empoderar os profissionais que formam professores, para que promovam a efetivação de todos os suportes e instrumentalizações voltados à inclusão educacional e ao reconhecimento da diversidade humana presente no trabalho docente.

As informações apresentadas na pesquisa de Rodrigues (2018) estabelecem que o currículo escolar configura um percurso educacional, um conjunto contínuo de situações de aprendizagem, que se constrói ao longo de uma vida de estudos, durante o período em que o aluno está exposto ao planejado por uma instituição formal. A pesquisa teve como objetivo identificar os aspectos da acessibilidade pedagógica e atitudinal nas ações de ensino destinadas à formação de professores para atuar com os estudantes do público da educação especial, nos cursos de Licenciatura, sob duas perspectivas: a organização curricular a partir do estudo dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), bem como a análise dos conhecimentos e experiências por meio de reflexões sobre a prática dos docentes que atuam nas disciplinas pedagógicas desses cursos. Os resultados da pesquisa documental mostram que, na educação superior, considerando os cursos da instituição analisada pela autora, há muito a ser feito para propor cursos de formação de professores que atendam às necessidades educacionais dos estudantes com deficiência, de forma a compreender a perspectiva da educação inclusiva.

A pesquisa conduzida por Rodrigues (2018) concluiu que, apesar dos esforços e da disposição dos docentes das áreas pedagógicas, a inclusão de discentes com deficiência na universidade ainda enfrenta um longo caminho para ser efetiva. Isso se deve à necessidade de investimento nas áreas pedagógicas, ou seja, na formação de professores que atuam na formação dos novos professores. A autora enfatiza que as experiências práticas dos participantes sugerem que a educação em todos os níveis deve ser um processo contínuo e, em todos os aspectos, prático.

A pesquisa de Adams (2018) teve como objetivo investigar como a educação de estudantes do público da educação especial tem sido contemplada na formação inicial de professores de ciências da natureza no Estado de Goiás. A autora destaca que os

resultados permitiram compreender o processo educacional desses estudantes no nível de Graduação do Estado e ressalta que as barreiras enfrentadas pelos alunos com deficiência na Academia reforçam nos futuros professores o sentimento de não estarem aptos para atuar com esses alunos na Educação Básica. Destaca ainda que a maioria dos cursos de formação de professores não inclui discussões sobre a educação especial inclusiva, além da disciplina obrigatória de Libras. A pesquisa conclui que é necessário garantir uma formação inicial de qualidade para enfrentar o cotidiano da sala de aula e a heterogeneidade ali presente, destacando a importância da preparação para vivenciar experiências e discussões envolvendo a temática da educação especial inclusiva.

Santos (2019), em sua pesquisa, busca compreender o processo de reestruturação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de Licenciatura em Matemática dos *campi* da Unesp, com a inserção da discussão sobre educação inclusiva na grade curricular. A autora destaca que, infelizmente, a discussão foi confinada a disciplinas específicas para atender às legislações, resultando em sua disciplinarização.

Os achados da pesquisa revelam que a discussão limitada a disciplinas não é a melhor abordagem para tornar um curso inclusivo. Em vez disso, a inclusão deve ser abordada em todas as modalidades e níveis de ensino, não apenas como uma disciplina isolada, mas como um objetivo central para promover uma sociedade sem preconceitos e segregações. A autora também aponta a existência de confusões entre os conceitos de educação especial e educação inclusiva, tanto em algumas legislações quanto nas falas dos participantes da pesquisa. Isso revela a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre o tema na Academia, especialmente nos cursos de formação de professores, pois a falta de compreensão desses conceitos pode resultar em práticas excludentes.

Em sua pesquisa, Silva (2019) analisa como as experiências propostas pelo estágio obrigatório no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, em uma instituição pública no Estado de São Paulo, favoreceram discussões, reflexões e práticas voltadas à educação inclusiva. Os dados mostram que há narrativas sobre o tema nos relatórios de estágio, assim como discussões nas aulas de estágio e em outras disciplinas, no entanto a pesquisa pondera que, apesar das discussões durante a Graduação e das experiências no estágio supervisionado com alunos com deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais (NEEs), essa formação ainda não é suficiente se os futuros professores não possuírem uma base teórica e metodológica sólida sobre educação inclusiva. A pesquisa sugere a necessidade de uma formação contínua e aprofundada para os professores do Ensino Superior sobre a temática.

Nardini (2019) discute a educação inclusiva e a formação de professores a partir da percepção dos estudantes/licenciandos de alguns cursos de Licenciatura. A autora destaca que a realidade da formação de professores de Ciências nesta universidade, conforme relatado pelos graduandos, e de muitos outros cursos de formação inicial de professores, revela uma defasagem preocupante entre a escola real e as discussões que orientam a formação do licenciando. A pesquisa ressalta a necessidade de uma maior inclusão de discussões sobre educação especial e inclusão, especialmente no ensino de Ciências, e enfatiza que o papel da universidade vai além da formação dos professores, abrangendo também a promoção de práticas inclusivas por meio de outras ações.

Para obter novas perspectivas sobre o cenário de pesquisa, recorremos a Nascimento (2019), que realizou uma revisão sistemática da produção científica nacional sobre a formação de professores na perspectiva da inclusão escolar de pessoas com deficiência. Os resultados encontrados mostram que ainda é necessário avançar na superação do Modelo da Racionalidade Técnica. A autora relata que a formação inicial ainda apresenta lacunas em áreas específicas, como educação especial e inclusiva. Conclui que o desenvolvimento educacional de qualquer aluno pressupõe a presença de professores qualificados para lecionar e para atender alunos com deficiência. A qualificação docente é essencial para garantir mais chances de igualdade, promovendo uma educação voltada para a diversidade.

Nessa mesma linha, Dong (2020) analisa a formação inicial de docentes no que se refere ao ensino de alunos da educação especial nos cursos de Licenciatura. Os resultados indicam uma baixa presença de conteúdos sobre educação especial, inclusão escolar e educação inclusiva, temas fundamentais para a formação de profissionais que trabalharão em escolas, devendo atuar sob a perspectiva inclusiva.

É importante refletir sobre a escassa menção à inclusão nos cursos de Licenciatura, considerando que a legislação brasileira garante o acesso e a permanência de estudantes com deficiência nas escolas regulares, e esse direito tem sido cada vez mais exigido na prática escolar. Isso alerta para a necessidade de repensar o processo de formação inicial oferecido em diferentes cursos de Licenciatura.

Corroborando essa questão, Dias (2020) apresenta em sua pesquisa que as percepções dos professores do Ensino Fundamental II sobre sua formação docente, em relação à educação na perspectiva da inclusão, resultaram nos seguintes indicativos: a) os professores de EF II lidam diariamente com a diversidade e com inúmeros desafios em suas salas de aula; b) a formação recebida nas Licenciaturas não os prepara adequadamente para a realidade que encontrarão no contexto escolar e c) a escola pode se constituir em um espaço de aprendizagem de novas estratégias para (co)construir conhecimentos com suas turmas, desde que sejam oferecidas condições de trabalho coletivo. Além disso, o estudo destaca a necessidade de que os agentes/atores acolham professores e alunos no desenvolvimento de seus Projetos Político-Pedagógicos e no enfrentamento dos desafios do cotidiano escolar, com o objetivo de promover uma educação para a diversidade e mais inclusiva.

O autor conclui que o estudo instiga discussões, reflexões e críticas acerca da formação e atuação dos professores dos anos finais do EF II, que desempenham o papel de mediadores na construção do conhecimento com seus alunos em um cenário educacional de diversidade e desafios, ressaltando a urgência de rever o currículo ofertado aos futuros professores.

Em sua pesquisa, Reis (2021) busca analisar a formação inicial do professor para atuar na educação especial sob a perspectiva da educação inclusiva nos PPCs de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Seus resultados indicam que os conteúdos referentes à temática estão contemplados nas ementas das disciplinas, permitindo observar o lugar que a educação especial ocupa no PPC do curso de Pedagogia e como as disciplinas foram planejadas na referida Universidade.

As análises indicam que nos PPCs de Pedagogia os conteúdos sobre Educação Inclusiva estão presentes. Contudo, esta afirmativa não pode ser feita em relação aos projetos de curso da grande maioria das licenciaturas, visto que nos diversos cursos analisados sequer são ofertadas disciplinas que abordem a inclusão, comprometendo a articulação entre teoria e prática.

Os resultados apresentados na pesquisa de Santos (2022) revelam a necessidade de questionar a política que nega uma formação crítica, essencial para emancipar e orientar a ética dos futuros professores. Apenas com essa formação será possível desenvolver projetos de colaboração entre a universidade e as escolas de Educação Básica, possibilitando uma abordagem crítica e tangível desde os níveis básicos até o Ensino Superior.

Como discutido em sua pesquisa, Almeida (2022) busca analisar as concepções de docentes de cursos de Licenciatura sobre a educação de Pessoas Com Deficiência (PcDs), bem como compreender suas perspectivas acerca da estruturação e da relação das disciplinas relacionadas a essa temática. Os resultados do estudo permitiram identificar que alguns docentes participantes consideram o modelo social como paradigma para a compreensão da deficiência, percebendo no contexto e nas relações a existência de barreiras significativas que obstaculizam a participação social e a inclusão escolar dessas pessoas.

Além disso, a pesquisa destacou a abrangência da experiência formativa, que pode ser permeada por múltiplos aspectos, como o contato com pessoas com deficiência, a busca individual por conhecimentos na área e a troca de experiências com outros atores. Essas vivências produzem diferentes impactos na atuação e na construção de concepções por parte dos futuros docentes.

A análise realizada por Oliveira (2022) investiga de que forma a educação inclusiva é proposta nos PPCs de Licenciatura em Ciências Biológicas das universidades federais do Estado de Minas Gerais. A autora evidencia o impacto que os documentos norteadores oficiais, principalmente as Diretrizes Curriculares Nacionais, exercem na conformação dos cursos de formação docente. Isso ocorre porque a temática deixou de se restringir ao âmbito da disciplina de Libras e passou a permear outras disciplinas obrigatórias do currículo, a partir de 2015.

Os achados deste estudo revelam que, embora de forma lenta, a Educação Superior tem se inserido nas discussões sobre inclusão e diversidade humana presentes tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior. Esse reconhecimento deve, por sua vez, impulsionar alterações teóricas e práticas a serem materializadas no currículo dos cursos que formam.

INCLUSÃO E DIVERSIDADE HUMANA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO QUE SE APRESENTA NOS PROJETOS DE CURSO DE LICENCIATURA

Nesta etapa da análise documental foram examinados 38 projetos de cursos de Licenciatura ofertados em diferentes regiões do Estado do Paraná. Em todos esses cursos, há a presença da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – Libras. Este fato é notável, visto que a disciplina de Libras se tornou obrigatória nos cursos de formação

inicial de professores, conforme estabelecido no Decreto 5626/2005, especificamente no Artigo 9º, que determina: “A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular (...)”.

Apesar de a disciplina de Libras ser um componente obrigatório na formação inicial de professores, é possível constatar que a discussão se concentra em aspectos técnicos da língua de sinais, com pouca ênfase na inclusão da pessoa surda, abrangendo a cultura e a identidade surda. Não há, portanto, um direcionamento em discussões sobre a inclusão enquanto uma concepção e aprendizagem para todos os sujeitos em uma sala de aula que promova a diversidade e a heterogeneidade presentes em todas as escolas.

Entendemos que a disciplina de Libras poderia contribuir para as discussões sobre inclusão ao colocar o acadêmico em confronto teórico e prático com a diversidade humana. Isso posto, é necessário ir além da centralidade em aspectos individuais, como o que Vigotski (2022) descreve como “defeito primário”, resultante do caráter biológico. Isso reforça a urgência de que a discussão sobre inclusão na formação docente ultrapasse os aspectos centrados no indivíduo, corroborando a afirmação de Vigotski: “está claro que a cegueira e a surdez, por si mesmas, são fatos biológicos e, em nenhuma medida, fatos sociais, *mas o educador tem de enfrentar não tanto esses fatos por si mesmos, quanto suas consequências sociais*” (grifos nossos, p. 23).

Com base nesse pressuposto, trazer discussões na perspectiva da abordagem social da deficiência implica elevar o nível de compreensão das tensões e intenções que permeiam a temática da inclusão da pessoa com deficiência e da diversidade humana presentes nos projetos de curso.

Como constatou Torres (2013), é urgente que se desenvolvam estratégias para que os professores responsáveis pela formação de futuros professores tenham a instrumentalização teórica e prática necessária sobre a inclusão educacional e o reconhecimento da diversidade humana presente no trabalho docente.

Em coerência com a pesquisa de Reis (2021) constatamos que um dos cursos de Pedagogia inclui as disciplinas “Educação Inclusiva, Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Inclusiva”. Outro curso de Pedagogia oferece “Educação Especial, Inclusão e Cidadania” e a disciplina “Fundamentos Metodológicos da Educação Especial e Inclusiva” num terceiro curso. Além disso, há outros dois cursos que ofertam a disciplina “Fundamentos da Educação Especial”.

Nos cinco cursos de Pedagogia ofertados em diferentes regiões do Estado do Paraná, constatou-se a presença de disciplinas específicas voltadas para a Educação Especial Inclusiva. Além disso, observou-se que, em três dos cinco cursos, há discussões relacionadas à diversidade humana por meio de disciplinas denominadas: “Educação e Diversidade”; “Educação, Diversidade e Relações Étnico-Raciais” e “Educação em Direitos Humanos”, esta última optativa em um dos cursos de Pedagogia.

A análise dos ementários dessas disciplinas evidencia uma discussão ampliada, indo além do olhar individualizado sobre as deficiências. Em todas elas há a demarcação

da relação entre deficiência e sociedade, destacando que a categoria “deficiência” é uma construção social.

Esse dado corrobora os estudos de Reis (2021), cujos achados indicam que os conteúdos referentes à temática estão contemplados nas ementas das disciplinas do curso de Pedagogia, desvelando o lugar que a Educação Especial ocupa no PPC. Isso alerta para a constatação de que as discussões sobre a Educação Inclusiva e mesmo sobre diversidade têm se restringido a esse curso, enquanto na formação inicial da maioria dos cursos de Licenciatura esses temas são negligenciados, com poucos cursos possuindo disciplinas que abordem a inclusão. Nossas análises dos PPCs corroboram o apontado na referida pesquisa.

Nos cursos de Letras Português (5), dois deles apresentam a disciplina “Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento na Adolescência” e, em um curso de Letras Espanhol, o ementário inclui alguns aspectos da inclusão. A disciplina “Educação Inclusiva e Direitos Humanos” está presente em um dos dois cursos de Letras Espanhol e em um curso de Letras Português/Inglês; nos demais cursos de Letras Inglês e Letras Português, não há presença de disciplinas com discussões sobre inclusão e/ou diversidade humana na escola.

As tensões entre o esperado e o efetivado nos cursos de formação de professores também foram observadas por Santos (2022), cujos estudos apontam para a necessidade de questionar a política que nega a formação crítica e ética dos futuros professores. Sem essa formação, esses “futuros” docentes são privados da possibilidade de desenvolver projetos de compartilhamento entre a universidade e escolas de Educação Básica, e, conseqüentemente, de conviver com a diversidade humana.

Nos cinco cursos de Matemática, apenas dois apresentam disciplinas voltadas para a discussão sobre inclusão, uma delas a disciplina obrigatória “Educação e Diversidade” e a outra optativa, denominada “Educação Matemática Inclusiva”. Nenhuma das três ofertas de cursos de Geografia possui disciplinas relacionadas ao tema.

Reportando a análise à luz do que foi apontado por Santos (2019), um dos obstáculos é a disciplinarização de conteúdos relacionados à inclusão, ao invés de integrar esses fundamentos e concepções ao curso. Essa disciplinarização acaba relegando as discussões a uma abordagem superficial, que visa apenas a atender ao aparato legal, sem promover a inclusão como um direito humano.

São ofertados quatro cursos de Licenciatura em História. Desses, um curso apresenta as disciplinas “Educação para os Direitos Humanos”; “Cultura Afro-Brasileira e Africana” e “Educação para as Relações Étnico-Raciais – Cultura Indígena e Populações Tradicionais”; outro curso inclui a disciplina “História e Direitos Humanos”, enquanto os demais não apresentam disciplinas relacionadas.

À luz dos apontamentos de Santos (2019), é possível inferir que os cursos analisados demonstram preocupações em atender ao aparato legal, mas nem mesmo esse aparato é reconhecido como legítimo na construção dos projetos de curso. Assim, não é de estranhar que haja abordagens superficiais centradas em individualismos, contradizendo a lógica de um curso inclusivo que busca uma sociedade sem preconceitos e segregações.

Nos três cursos de Ciências Biológicas, um deles inclui a disciplina obrigatória “Educação e Diversidade”, e outro lista como optativas as disciplinas “Educação e Diversidade” e “Educação Especial Inclusiva”. O terceiro curso não apresenta nada direcionado ao tema. Há ainda a oferta de cursos em Química e Filosofia. O curso de Química não apresenta disciplinas relacionadas à inclusão, e no curso de Filosofia está presente a disciplina “Direitos Humanos, Educação e Cidadania”.

As análises dos projetos de curso corroboram os achados de Dong (2020), que indicam que a formação inicial docente voltada ao público da educação especial é muito restrita, negando aos futuros professores conteúdos fundamentais para atuarem na perspectiva inclusiva.

Ha ainda a oferta de cursos relacionados às Artes, constatando-se que nos dois cursos de Artes Visuais, ambos apresentam a disciplina “Educação Inclusiva”. Nos dois cursos de Licenciatura em Música, um deles inclui a disciplina “Educação em Direitos Humanos, Cidadania e Diversidades”. Um curso de Licenciatura em Dança oferece a disciplina “Estudos para a Diversidade”. Um curso de Licenciatura em Teatro conta com a disciplina “Educação em Direitos Humanos, Cidadania e Diversidades”.

A análise desses cursos permite discutir o que foi apontado por Nardini (2019), que identificou uma defasagem preocupante entre a escola “real” e as discussões que orientam a formação do licenciando, considerando que o papel da universidade deveria estar essencialmente na promoção de práticas inclusivas a partir de outras ações. Com isso é possível analisar que os referidos cursos são potenciais para a promoção de práticas para além do currículo.

Nas análises realizadas nos PPCs da Universidade selecionada para este estudo observam-se os diversos pesquisadores que contribuíram para as discussões de revisão de literatura, com destaque para Oliveira (2022), que alerta sobre o impacto dos documentos norteadores oficiais, especialmente as Diretrizes Curriculares Nacionais, na conformação dos cursos de formação docente, ressaltando a restrição à disciplina de Libras.

De modo geral é importante problematizar a superficialidade com que a temática é abordada, frequentemente reduzida à determinação legal, como se desvelou na nossa pesquisa, corroborando os apontamentos de Simões (2016), cujos estudos permitem visualizar que “a educação das pessoas com deficiência não parece ser alvo prioritário de preocupação nas licenciaturas das universidades brasileiras” (p. 126).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia que a inclusão no Ensino Superior tem se configurado como uma temática de grande relevância, especialmente a partir da perspectiva das políticas afirmativas. Sob a ótica das políticas de graduação materializadas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), este estudo revela que a temática da inclusão ainda se desenvolve com maior incidência nos cursos de Pedagogia. Nas demais Licenciaturas a importância desta temática na formação de futuros professores não é ainda amplamente compreendida.

Esse contexto ratifica que, nas relações e experiências vivenciadas por e com pessoas com deficiência, desvelam-se tensões entre inclusão e exclusão, pois os sujeitos são definidos pelas oportunidades que lhes são proporcionadas. Assim, se o acadêmico participa de práticas que dialogam com uma escola inclusiva, os desafios apresentados serão enfrentados por práticas igualmente inclusivas. Dessa forma, podemos inferir que a constituição da identidade do professor inclusivo ocorre por meio de relações sociais que o convocam a atuar inclusivamente no cotidiano.

Dos 38 PPCs analisados, apenas 22 apresentam componentes curriculares além da disciplina de Libras, em formatos optativos e obrigatórios. Destaca-se que o curso de Pedagogia oferece diversas discussões na área, abrangendo desde a inclusão das Pessoas Com Deficiência (PcD) até perspectivas étnico-raciais e inclusão social. Isso evidencia que há uma porcentagem de colegiados de curso com uma visão alinhada às exigências da legislação nacional que regulamenta a formação inicial no país. Além disso, ressalta-se a necessidade de integrar esses conhecimentos ao conjunto dos cursos, legitimando a importância dessas vivências no processo formativo de futuros professores.

Em consonância com o objetivo deste estudo, compreendemos, a partir das contribuições de outros pesquisadores e da análise documental, que as discussões sobre inclusão no processo formativo dos futuros professores ainda são incipientes. A maioria dos professores responsáveis pela formação docente também necessita de uma formação com esse enfoque, uma vez que eles próprios são frutos de um sistema educacional que historicamente pouco abordou a temática da inclusão.

Consideramos, ainda, que a oferta da disciplina de Libras deve ser problematizada quanto aos direcionamentos assumidos na formação, para que se transcenda a percepção de que ela é apenas uma disciplina obrigatória no currículo dos cursos de formação de professores. É essencial reconhecer o potencial dessa disciplina, desde que as discussões nela promovidas avancem para além dos aspectos técnicos e da identidade e cultura surda.

Por fim, concluímos que não se pode negligenciar que os dados sugerem que práticas excludentes, por desconhecimento, podem se manifestar nos cursos quando docentes universitários têm em sala de aula acadêmicos público da educação especial e mesmo outras diversidades presentes no ambiente acadêmico. Além disso, o cenário revela que a formação contínua dos professores deve incluir conhecimentos substanciais sobre pessoas com deficiência e a diversidade humana presente nas escolas. A falta de tais conhecimentos e a conformação com uma escola homogênea contribuem para a justificativa sistemática de que os professores não estão adequadamente preparados para atuar na educação das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ADAMS, F. W. *Docência, formação de professores e educação especial nos cursos de ciências da natureza*. 2018. 264 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufcat.edu.br/tede/bitstream/tede/8548/1/Disserta%3%a7%3%a3o%20-%20Fernanda%20Welter%20Adams%20-%2020208.pdf>

ALMEIDA, L. de S. L. *Formação de professores e educação de pessoas com deficiência: concepções de docentes formadores*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4091>

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica*. Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC Formação). Brasília, DF: 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>

BRASIL. *Decreto 5626/2005* Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

CIRINO, R. M. B. *Atividade docente no processo formativo de acadêmicos para atuar com a diversidade humana em contextos inclusivos*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2015. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1196>

COSTA, V. A. da. As demandas da formação e da prática docente inclusiva sob a égide dos direitos humanos. In: SILVA, Aída Maria Monteiro; COSTA, Valdelúcia Alves da (org.). *Educação inclusiva e direitos humanos: perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2015.

CRUZ, G. de C. *Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo*. Londrina: Edue, 2008.

DIAS, J. B. *Educação para a diversidade na perspectiva da inclusão social a partir de percepções de professores sobre a formação docente*. 2020. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação, 2020. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/handle/tede/6261>

DONG, P. B. de M. *Análise da formação inicial nas licenciaturas com relação à educação especial e habilidades sociais educativas*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14136>

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico*. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992. p. 43-44.

MARX, K. *Para uma crítica da economia política*. 1999a. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/criticadaeconomia.pdf>. Acesso: 26 out. 2014.

NARDINI, M. G. *As percepções de futuros professores quanto a temática da educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, SP, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP30_5cb91cfd3d67bdd80b40af75a26870dd

. 2019

NASCIMENTO, E. A. do. *Perspectivas da formação docente no contexto da inclusão de pessoas com deficiências no ensino regular*. 2019. 54 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia Salvador, Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30058>

OLIVEIRA, J. F. A *temática da educação inclusiva em Projetos Pedagógicos de Cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas*. 2022. Disponível em: https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/3281/Disserta%20c3%a7%20c3%a3o_2022066.pdf?sequence=1&isAllowed=y

RODRIGUES, M. *Formação docente para inclusão de estudantes público alvo da educação especial em cursos de Licenciaturas da Universidade Federal de Rondônia*. 2018. 341 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara, SP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/60ab6780-9a86-420e-9df1-4add3cbf0dbd/content>

REIS, I de S. A *formação inicial de professores e a educação especial: caracterização político-pedagógica dos cursos de pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*, 2021. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/4091/1/Dissert_%20Iracema%20de%20Souza%20Reis.pdf

SANTOS, E. S. dos. *Direito à educação de pessoas com deficiência: um estudo a partir da análise das diretrizes e matrizes curriculares de cursos de Licenciatura em Educação Física*. 2022. 143 fl. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2022. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/2170>

SANTOS, P. C. C. *Licenciatura em Matemática na Unesp: legislações, reestruturações e a disciplinarização da Educação Inclusiva*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Unesp, Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/b9dea2f1-038b-4ab9-a063-32c-c1b585344>

SILVA, E. R. da. *Formação inicial de professores de ciências e inclusão escolar: um olhar para as experiências de estágio*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11720>

SIMÕES, M. C. D. C. D. *Formação do indivíduo, formação docente e educação especial: o lugar do sujeito e o compromisso com a adaptação*. 2016. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). São Paulo, 2016. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19119/2/Maria%20Cristina%20Dancham%20Sim%c3%b5es.pdf>

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

TORRES, J. P. *Desenvolvimento de kit didático para reprodução tátil de imagens visuais de livros de física do Ensino Médio*. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3121>

VIGOTSKI, L. S. *Obras Completas – Tomo Cinco: fundamentos de defectologia*. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). Cascavel, PR: Edunioeste, 2022.

Autor correspondente

Roseneide Maria Batista Cirino

Universidade Estadual do Paraná – Unespar

Rua Comendador Correa Junior, 117 – Centro – CEP 83203-560 – Paranaguá/PR, Brasil

roseneide.cirino@unespar.edu.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

